

Demonstrações Financeiras 2023



CTG Brasil

**Rio Paranapanema
Participações S.A.**

www.ctgbr.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CTG Brasil

Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

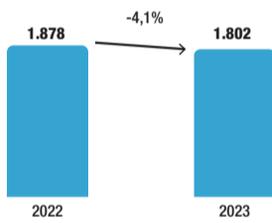
Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

PRINCIPAIS INDICADORES	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	2.021.683	2.148.362	-5,9%
(-) Deduções à receita operacional	(220.161)	(269.930)	-18,4%
Receita operacional líquida	1.801.522	1.878.432	-4,1%
Contratos futuros de energia	(149.475)	-	100,0%
(-) Custos e outros resultados operacionais	(1.265.664)	(1.371.579)	-7,7%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	386.383	506.853	-23,8%
Ebitda	653.742	785.670	-16,8%
Margem Ebitda - %	36,3%	41,8%	-5,5 p.p.
Resultado financeiro	(35.041)	(156.731)	-77,6%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	351.342	350.122	0,3%
Lucro líquido do exercício	245.828	234.785	4,7%
Margem líquida - %	13,6%	12,5%	1,1 p.p.
Quantidade de ações	798.355	798.355	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação (Controladora)	0,29162	0,28248	3,2%

A receita operacional líquida do ano de 2023 foi de R\$ 1.801,5 milhões, que representa uma redução de R\$ 76,9 milhões ou - 4,1% em relação ao ano anterior. Sobre essa variação vale destacar as seguintes variações na receita bruta:

- Redução de R\$ 75,3 milhões na receita bruta do ambiente de comercialização livre (ACL), principalmente devido à redução nos preços praticados para novos contratos bilaterais de suprimento de energia, em função das condições de mercado;
- Redução de R\$ 121,6 milhões na receita bruta de comercialização, principalmente em razão do menor preço médio praticado na comparação entre os dois anos;
- Elevação de R\$ 42,5 milhões na receita bruta dos mecanismos de realocação de energia (MRE), uma vez que, dada às condições favoráveis do cenário hidrológico, houve aumento na geração de energia das Usinas da Controlada Rio Paranapanema Energia;
- Aumento de R\$ 27,7 milhões na receita bruta do Mercado de Curto Prazo (MCP), principalmente em razão maior volume de energia liquidado, mesmo considerando a redução nos preços de energia spot (PLD).

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



CONTRATOS FUTUROS DE ENERGIA

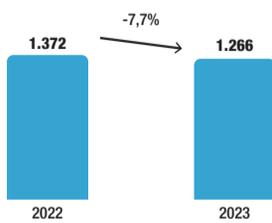
Impacto negativo de R\$ 148,9 milhões pelos efeitos da metodologia contábil de marcação a mercado (MTM), aplicável às comercializadoras, esse efeito expressivo da marcação a mercado é resultado de pedido por recuperação judicial de contraparte que compunha o portfólio da Controlada CTG Trading.

CUSTOS E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Pessoal	(92.211)	(97.611)	-5,5%
Material	(7.862)	(8.393)	-6,3%
Serviços de terceiros	(47.376)	(44.910)	5,5%
Energia comprada	(500.538)	(649.413)	-22,9%
Depreciação e amortização	(267.359)	(278.817)	-4,1%
Encargos de uso da rede elétrica	(194.051)	(178.555)	8,7%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(66.871)	(36.507)	83,2%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(8.415)	(7.585)	10,9%
Seguros	(9.989)	(9.678)	3,2%
Aluguéis	(340)	(549)	-38,1%
Provisões para riscos	(55.158)	(477)	11.463,5%
Compartilhamento de despesas	(17.459)	(20.676)	-15,6%
Perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos	-	(30.518)	-100,0%
Contratos futuros de energia	-	(560)	-100,0%
Outros	1.965	(7.330)	126,8%
	(1.265.664)	(1.371.579)	-7,7%

Os custos e outros resultados operacionais apresentaram uma elevação de R\$ 43,6 milhões, quando comparado com o exercício anterior. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Na rubrica de provisões para riscos, cabe um destaque para o evento não recorrente relativo ao reconhecimento de R\$ 48,6 milhões como provisão para provável futuro desembolso a partir de andamento da ação regulatória que trata sobre o Despacho Aneel nº 288/2002, na Controlada Rio Paranapanema Energia;
- Elevação de R\$ 30,4 milhões na compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH), basicamente em razão da maior geração das Usinas da Controlada Rio Paranapanema Energia na comparação entre os exercícios (10.797 KW em 2023 vs 6.316 GWh em 2022);
- Redução de R\$ 148,9 milhões ou 22,9% nos custos com compra de energia, principalmente em virtude das boas condições do cenário hidrológico;
- Efeito positivo de R\$ 30,5 milhões, uma vez que, em 2022, houve reconhecimento de provisão pela reavaliação desfavorável da recuperabilidade de ativos na, então Controlada indireta, Rio Sapucaí-Mirim.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



EBITDA E MARGEM EBITDA	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Lucro líquido do exercício	245.828	234.785	4,7%
Imposto de renda e contribuição social	105.514	115.337	-8,5%
Resultado financeiro (líquido)	35.041	156.731	-77,6%
Depreciação e amortização	267.359	278.817	-4,1%
Ebitda	653.742	785.670	-16,8%
Margem Ebitda	36,3%	41,8%	-5,5 p.p.

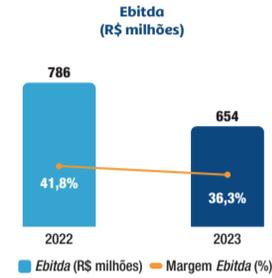
O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Diretoria do Grupo acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda do Grupo medido em 2023 totalizou R\$ 653,7 milhões. Esse desempenho representa uma redução de R\$ 131,9 milhões ou - 16,8% quando comparado ao desempenho do ano de 2022. Essa variação negativa deve-se basicamente a redução da receita operacional líquida do Grupo, compensada parcialmente pelas variações de custos e outros resultados operacionais.

A margem Ebitda se manteve em bom patamar, acima de 36%, apesar do resultado observado representar uma queda em relação ao ano anterior.

Excluindo-se o efeito da marcação a mercado relativo Controlada CTG Trading, o Ebitda seria positivo de R\$ 757,2 milhões.



RESULTADO FINANCEIRO	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	54.948	43.078	27,6%
Variações monetárias	51.503	12.367	316,5%
Outros	(12.523)	(11.249)	11,3%
	93.928	44.196	112,5%
Despesas			
Juros	(90.853)	(110.409)	-17,7%
Variações monetárias	(34.700)	(81.209)	-57,3%
Outros	(3.416)	(9.309)	-63,3%
	(128.969)	(200.927)	-35,8%
Resultado financeiro líquido	(35.041)	(156.731)	-77,6%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2023 foi negativo em R\$ 35 milhões, representando uma melhora de R\$ 121,7 milhões em relação ao ano de 2022. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Redução de R\$ 68,9 milhões na atualização monetária referente à liminar mantida pela da Controlada Rio Paranapanema Energia que discute a redução de garantia física. Essa queda deu-se basicamente em razão da deflação medida no IGP-M em 2023;
- Redução de R\$ 38,2 milhões nos juros e variações monetárias incidentes sobre as debêntures da Controlada Rio Paranapanema Energia em razão das amortizações efetuadas e pela redução do IPCA e CDI na comparação entre os períodos;
- Aumento de R\$ 11,9 milhões nas receitas com aplicação financeira, principalmente em função do maior saldo médio de caixa na comparação entre os exercícios.

ENDIVIDAMENTO	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Debêntures	755.938	979.230	-22,8%
Curto prazo	327.294	271.877	20,4%
Longo prazo	428.644	707.353	-39,4%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(502.574)	(312.514)	60,8%
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(1.764)	(1.401)	25,9%
Dívida líquida	251.600	665.315	-62,2%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

Ao final de 2023, a dívida líquida apresentou redução de 62,2% ou R\$ 413,7 milhões na comparação com a posição final de 2022, principalmente em razão das amortizações das dívidas da Controlada Rio Paranapanema Energia, realizadas ao longo do exercício, além do maior saldo de caixa no final do exercício.

Controlada	Dívidas	Remuneração	Vencimento	Consolidado		Variação
				2023	2022	
Rio Paranapanema Energia S.A.	Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	146.971	-100,0%
Rio Paranapanema Energia S.A.	Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	-	84.876	-100,0%
Rio Paranapanema Energia S.A.	Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	227.239	216.975	4,7%
Rio Paranapanema Energia S.A.	Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	190.441	191.056	-0,3%
Rio Paranapanema Energia S.A.	Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	338.258	339.352	-0,3%
				755.938	979.230	-22,8%

LUCRO LÍQUIDO

Em um ano desafiador, onde o cenário hidrológico positivo mantém os preços de energia em patamares baixos, o grupo apresentou um ótimo desempenho de resultado com destaque para a melhora no resultado financeiro.

O lucro líquido foi R\$ 245,8 milhões, que representa um crescimento de R\$ 11 milhões ou + 4,7% em relação ao desempenho obtido no ano de 2022.

Excluindo-se o efeito da marcação a mercado relativo à contraparte mencionada, seria observado lucro líquido de R\$ 314,1 milhões.





Rio Parapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	38.636	35.230	502.574	312.514	Fornecedores	13	16	9	454.094	508.983
Clientes	6	–	–	244.296	231.673	Salários, provisões e contribuições sociais	7	–	–	18.432	19.761
Tributos a recuperar	7	3	–	942	5.276	Tributos a recolher	14	14.658	11.151	87.955	69.104
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	8	371.616	162.178	–	–	Encargos setoriais	14	–	–	31.072	37.557
Partes relacionadas	17.3	–	–	1.937	2.134	Debêntures	15	–	–	327.294	271.877
Serviços em curso	–	–	–	14.788	23.418	Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	16	68.373	67.994	84.179	75.539
Contratos futuros de energia	19	–	–	53.962	210.179	Partes relacionadas	17.3	100	748	4.788	63.874
Outros créditos	–	–	–	10.594	9.268	Contratos futuros de energia	19	–	–	73.469	159.716
Total do ativo circulante		410.255	197.408	829.093	794.462	Outras obrigações	–	–	–	2.288	1.418
Não circulante						Total do passivo circulante		83.147	79.902	1.083.571	1.207.829
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	–	–	1.764	1.401	Fornecedores	13	–	–	46.621	36.542
Clientes	6	–	–	–	804	Encargos setoriais	14	–	–	10.270	5.943
Tributos a recuperar	7	–	–	2.409	2.358	Indenização socioambiental	–	–	–	18.036	18.616
Tributos diferidos	25.2	–	–	202.044	154.365	Debêntures	15	–	–	428.644	707.353
Depósitos judiciais	9	2.965	2.784	70.444	65.630	Provisões para riscos	18	–	–	97.205	39.693
Contratos futuros de energia	19	–	–	66.208	115.425	Contratos futuros de energia	19	–	–	110.813	80.525
Outros créditos	–	–	–	1.248	1.513	Plano de aposentadoria	20	–	–	4.490	11.108
Total do ativo não circulante		2.965	2.784	344.117	341.496	Outras obrigações	–	–	–	7.932	9.400
Total do ativo		2.199.484	2.097.062	3.993.343	4.205.479	Total do passivo não circulante		83.147	79.902	1.807.582	2.117.009
						Total do passivo		2.116.337	2.017.160	2.116.337	2.017.160
						Patrimônio líquido					
						Capital social		798.355	798.355	798.355	798.355
						Reserva de capital		(16.467)	(16.467)	(16.467)	(16.467)
						Reserva legal		56.801	45.160	56.801	45.160
						Reserva de lucros		1.057.604	922.348	1.057.604	922.348
						Ajuste de avaliação patrimonial		220.044	267.764	220.044	267.764
						Total do patrimônio líquido		2.116.337	2.017.160	2.116.337	2.017.160
						Participação não controladores		–	–	69.424	71.310
						Patrimônio líquido consolidado		2.116.337	2.017.160	2.185.761	2.088.470
						Total do passivo e patrimônio líquido		2.199.484	2.097.062	3.993.343	4.205.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida					
Contratos futuros energia	19.3	–	–	(149.475)	–
Custos operacionais					
Pessoal	–	–	–	(80.759)	(85.458)
Material	–	–	–	(7.139)	(7.450)
Serviços de terceiros	–	–	–	(28.050)	(30.805)
Energia comprada	23.2	–	–	(500.538)	(649.413)
Depreciação e amortização	11 e 12	–	–	(260.860)	(272.492)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	–	–	(194.051)	(178.555)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	–	–	–	(66.871)	(36.507)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	–	–	–	(8.415)	(7.585)
Seguros	–	–	–	(9.989)	(9.678)
Aluguéis	–	–	–	(12)	(38)
Provisões para riscos	18.2	–	–	(58.064)	(941)
Outros	–	–	–	(1.124)	(2.289)
Resultado bruto					
Outros resultados operacionais					
Pessoal	–	–	–	(11.452)	(12.153)
Material	–	–	–	(723)	(943)
Serviços de terceiros	(1.023)	(1.188)	(19.326)	(14.105)	(14.105)
Depreciação e amortização	11 e 12	(860)	(860)	(6.499)	(6.325)
Aluguéis	–	–	–	(328)	(511)
Reversões de provisões para riscos	18.2	–	–	2.906	464
Compartilhamento de despesas	17.4	(5.158)	(7.376)	(17.459)	(20.676)
Perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos	–	–	–	–	(30.518)
Contratos futuros de energia	19.3	–	–	–	(560)
Outros	–	(61)	(393)	3.089	(5.041)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10.2	266.441	261.606	–	–
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		266.441	261.606	386.383	506.853
Resultado financeiro		259.339	251.789	386.383	506.853
Receitas	24	(4.013)	(6.779)	93.928	44.196
Despesas	–	–	–	(128.969)	(200.927)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.013)	(7.530)	(35.041)	(156.731)
Imposto de renda e contribuição social		255.326	244.259	351.342	350.122
Corrente	25	(22.513)	(18.741)	(155.657)	(131.511)
Diferido	–	–	–	50.143	16.174
Lucro líquido do exercício		(22.513)	(18.741)	(105.514)	(115.337)
Atribuível a		232.813	225.518	245.828	234.785
Acionistas controladores	–	–	–	232.813	225.518
Acionistas não controladores	–	–	–	13.015	9.267
Lucro líquido básico e diluído por ação		26	0,29162	0,28248	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício					
Outros resultados abrangentes do exercício					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	6.366	29.895	6.618	31.080
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	(2.164)	(10.164)	(2.250)	(10.567)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	–	604	4.694	628	4.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	–	(206)	(1.596)	(214)	(1.659)
Total do resultado abrangente do exercício		4.600	22.829	4.782	23.734
Atribuído a		237.413	248.347	250.610	258.519
Acionistas controladores	–	237.413	248.347	237.413	248.347
Acionistas não controladores	–	–	–	13.197	10.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	–	255.326	244.259	351.342	350.122
Ajustes em:					
Equivalência patrimonial	10.2	(266.441)	(261.606)	–	–
Depreciação e amortização	11.3 e 12.3	860	860	267.359	278.817
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos	–	–	–	–	30.518
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível	11.3 e 12.3	–	–	244	3.034
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre debêntures	15.4	–	–	106.290	144.960
Variação monetária sobre depósitos judiciais	–	(181)	(138)	(10.372)	(8.920)
Constituição e atualização monetária sobre provisão para riscos	18.2	–	–	57.484	2.814
Contratos futuros de energia	19	–	–	149.475	560
Variação monetária referente a liminar CCEE	–	–	–	(37.785)	31.084
Outras variações	–	(129)	–	14.443	11.164
Variação nos ativos e passivos					
Clientes	–	–	–	(11.065)	159
Partes relacionadas	–	(648)	748	(58.889)	(819)
Serviços em curso	–	–	–	(1.687)	(6.410)
Depósito judicial	–	–	–	(19)	–
Fornecedores	7	(5)	(17.105)	(101.305)	–
Salários, provisões e contribuições sociais	–	–	–	7.307	1.386
Encargos setoriais	–	–	–	276	(448)
Provisão para riscos	18.2	–	–	(20.107)	5.143
Impostos, taxas e contribuições	–	1.958	8.565	(1.119)	(14.458)
Outras variações ativas e passivas	–	3	–	(1.119)	(14.458)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(9.245)	(7.317)	794.743	739.279
Recebimento de dividendos	8.2	73.850	121.654	–	–
Recebimento de juros sobre o capital próprio	8.3	81.762	–	–	–
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	(4.967)	–	(112.615)	(61.624)
Pagamento de juros sobre debêntures	15.4	–	–	(100.196)	(102.004)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	15.4	–	–	(66.036)	(93.596)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		141.400	114.337	515.896	482.055
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adições no ativo imobilizado e intangível	11.3 e 12.3	–	–	(18.161)	(31.847)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		–	–	(18.161)	(31.847)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de debêntures	15.4	–	–	(163.350)	(263.325)
Pagamento de dividendos	16.2	(137.994)	(97.000)	(140.879)	(101.715)
Pagamento de juros sobre capital próprio	16.3	–	–	(3.446)	(1)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(137.994)	(97.000)	(307.675)	(365.041)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.406	17.337	190.060	85.167
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–	35.230	17.893	312.514	227.347
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	–	38.636	35.230	502.574	312.514
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.406	17.337	190.060	85.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
		Capital	Legal		Custo	Outros resultados abrangentes			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	798.355	(



Rio Parapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Parapanema Participações S.A. ("Companhia"), também referida isoladamente ou em conjunto com suas Controladas como Grupo, foi constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de geração de energia elétrica, além de participar de licitações e/ou leilões de transferência de participação acionária de sociedades do setor de energia elétrica, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações, podendo, para tanto, desenvolver qualquer das seguintes atividades: estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia, especialmente elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 254.478, em virtude basicamente dos seguintes fatos:

- Transferência para o passivo circulante das parcelas referentes à 8ª emissão série 2 e 9ª emissão série 1 das debêntures da Controlada Rio Parapanema Energia;
- Constituição de dividendos a pagar;
- O Grupo, dentro do seu saldo de Fornecedores, possui um passivo relativo à liminar que discute a redução da Garantia Física (conforme nota explicativa nº 1.3.) no montante de R\$ 384.841 em 31 de dezembro de 2023. Essa obrigação possui característica de passivo financeiro e está classificada no curto prazo por conta disso. Pela avaliação dos consultores jurídicos, o Grupo conta com uma expectativa favorável acerca dos resultados dessa ação. Se normalizados os efeitos do passivo de liminar mencionado acima, o CCL seria revertido para de R\$ 130.363 positivo.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, o Grupo poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

1.2. Contratos de Concessão/resoluções autorizativas

1.2.1. Contrato de concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Controlada Rio Parapanema Energia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de Uso de Bem Público (UBP) para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo, em 22 de julho de 2020 foi firmado o Segundo Termo Aditivo e em 01 de

julho de 2022 o Terceiro Termo Aditivo aprovado na Resolução Autorizativa nº 11.345/2022 após do acordo GSF. O contrato concede à Controlada Rio Parapanema Energia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Controlada Rio Parapanema Energia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/1998, sendo que em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo e em 21 de outubro de 2022 foi firmado o Segundo Termo Aditivo aprovado na Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 após do acordo GSF, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Controlada Rio Parapanema Energia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8 MWm sejam disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Controlada Rio Parapanema Energia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Controlada Rio Parapanema Energia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

1.2.2. Resoluções Autorizativas

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das PCHs Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes - SEBAND - Ltda. (Seband).

Por meio da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel anuiu a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 2015, a Companhia transferiu o controle societário da Sapucaí-Mirim para a Controlada Rio Parapanema Energia por meio de constituição de reserva de capital. A Controlada indireta Rio Sapucaí Mirim-Energia Ltda. foi incorporada pela Controlada Rio Parapanema Energia conforme nota explicativa nº 1.5.

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão/resoluções autorizativas da Controlada Rio Parapanema Energia:

Contrato de concessão Aneel/Resolução autorizativa Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio Instalada (MW)	Capacidade Garantida física (MW médio)	Início da concessão/autorização	Vencimento concessão/autorização
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	101,0	42,5	22/09/1999	17/04/2032
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	414,0	168,9	22/09/1999	30/03/2032
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	73,8	49,7	22/09/1999	11/05/2032
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	643,0	328,6	22/09/1999	21/04/2032
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	525,0	195,4	22/09/1999	19/04/2032
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	354,0	173,6	22/09/1999	15/04/2032
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	82,5	51,5	30/07/1998	29/07/2037
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	72,0	43,4	30/07/1998	26/07/2037
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	16,0	8,1	10/10/2002	21/11/2034
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	16,5	8,1	18/12/2002	05/02/2049
				2.297,8	1.069,8		

Em 10 de outubro de 2023 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896 que altera o término da vigência do prazo de concessão da PCH Palmeiras, pertencente a Controlada Rio Parapanema Energia S.A., acrescentando 2.555 dias em sua concessão.

1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

1.3.1. Revisão da garantia física de 2017

Em 2017 houve revisão ordinária de garantia física, com a publicação da Portaria nº 178 que definiu os novos valores de garantia física de energia das UHEs despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Assim, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Controlada Rio Parapanema Energia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Controlada Rio Parapanema Energia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação desta portaria e questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Entre os anos de 2018 e 2020, a Controlada Rio Parapanema Energia obteve liminares para afastar a aplicabilidade da Portaria em relação às UHEs, no entanto as sentenças proferidas em 2019 foram desfavoráveis, das quais houve apelação. Em 16 de dezembro de 2020, foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabeleceu o efeito da liminar da Controlada Rio Parapanema Energia no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/2017.

Em 16 de agosto de 2022, houve o julgamento da apelação interposta pela Controlada Rio Parapanema Energia, referente a ação que tratava a legitimidade da revisão de garantia física ocorrida em 2017, a votação foi favorável à Controlada Rio Parapanema Energia em 4 votos a 1, na 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), que deu provimento ao recurso da Controlada Rio Parapanema Energia, visto que o entendimento do colegiado é de que as UHEs já tiveram suas garantias físicas revistas em 2013 e 2015, e por isso não caberia nova revisão. Contra essa decisão cabe recurso direcionado aos Tribunais Superiores.

Para mais informações, consultar nota explicativa nº 13.

1.3.2. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a revisão ordinária anterior de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria nº 709 com os valores revisados de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN), com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.2.

A adoção do período crítico de hidrologia relativo aos anos de 1949 a 1956 no cálculo da revisão causou um efeito de redução dos montantes de garantia física de diversas usinas do SIN, dentre elas, as usinas do Grupo.

Por essa razão, em 29 de dezembro de 2022 o Grupo ingressou com um pedido de tutela antecipada para a Controlada Rio Parapanema Energia, para que fosse reconhecida a inaplicabilidade do período crítico de 1949 a 1956 e, alternativamente, que fossem suspensos, até o julgamento do mérito, os efeitos da revisão ordinária conforme a Portaria 709/2022. O pedido de tutela antecipada em que se pleiteava a suspensão dos efeitos da Portaria foi indeferido em decisão proferida pelo juiz de primeira instância em 13 de março de 2023.

Em razão deste indeferimento, os efeitos da Portaria contemplando a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas do Grupo estão sendo integralmente aplicados neste momento, ou seja, em caso de perda dessa ação, não haverá ajustes na garantia física.

Em 27 de março de 2023, o Grupo protocolou agravo de instrumento contra a decisão de indeferimento da tutela antecipada na Controlada Rio Parapanema Energia bem como o pedido principal da ação, os quais aguardam decisão judicial. Caso o Grupo tenha sucesso na ação, ocorrerá o aumento da garantia física.

1.4. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. O Grupo avaliou a decisão e concluiu que não existem impactos nas demonstrações financeiras em decorrência de tal decisão.

1.5. Incorporação do acervo contábil da Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Ltda.

Em 01 de dezembro de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) na Controlada Rio Parapanema Energia, a incorporação do acervo líquido contábil da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (Incorporada), avaliado na data base de 31 de agosto de 2023, por meio do laudo de avaliação independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Por meio do Despacho Aneel nº 4.907 de 14 de dezembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2023, a Aneel anuiu o pedido de transferência das autorizações das PCHs Retiro e Palmeiras, anteriormente detidas pela Rio Sapucaí

Mirim Energia Ltda. para a Rio Parapanema Energia. Com esta operação a Rio Parapanema Energia passa a ser a titular dos direitos e obrigações intrasetoriais relativas a esses ativos.

A incorporação consistiu na absorção pela Controlada Rio Parapanema Energia, da sociedade incorporada com todos seus ativos e passivos, sendo que a Controlada Rio Parapanema Energia sucedeu a Incorporada em todos os direitos e obrigações existentes, nos termos do artigo 227 da Lei 6.404/1976.

A Controlada Rio Parapanema Energia e a Incorporada são sociedades do mesmo grupo econômico, sendo a Controlada Rio Parapanema Energia a única quotista da incorporada.

1.6. Companhias controladas:

1.6.1. Rio Parapanema Energia S.A.

Rio Parapanema Energia S.A. (Rio Parapanema Energia), é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com registro na categoria A concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, tem a capacidade instalada em operação de 2.297,8 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu e UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e Canoas II, PCH Retiro e PCH Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

1.6.2. CTG Brasil Trading Ltda.

CTG Brasil Trading Ltda., é uma sociedade limitada, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo - SP. Esteve com suas atividades operacionais paralisadas desde 2013, quando foi desligada da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), até setembro de 2020, quando teve seus registros reativados na Aneel segundo despacho 2.371/2020 e na CCEE por meio da reunião 048/2020. Nos termos de seu contrato social, tem como atividades principais a comercialização de energia a consumidores livres; a prestação de serviços necessários ou correlatos às atividades de comercialização e importação de energia no âmbito do setor elétrico brasileiro e/ou de outros países.

Em outubro de 2020, a sociedade começou a operar contratos futuros de energia, a fim de auferir resultados com a venda de energia também no mercado futuro, dentro de uma política que considera limites de riscos pré-estabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, conforme previsto no IFRS 9/CPC 48.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração do Grupo em 28 de fevereiro de 2024.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com entidade de previdência privada, intangível recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como pela avaliação de ativos imobilizados ao seu custo atribuído ("deemed cost"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

O Grupo considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pelo Grupo, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Diretoria avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da

preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Revisão de garantia física (nota explicativa nº 1.3);
- Vida útil de ativos de longa duração e *impairment* (nota explicativa nº 11.6);
- Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (nota explicativa nº 14.2);
- Contratos futuros de energia (nota explicativa nº 19);
- Provisões para riscos (nota explicativa nº 18); e
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2).

2.6. Base de consolidação

Nas demonstrações financeiras das Controladoras os investimentos nas empresas Controladas possuem seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos. Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os principais procedimentos para a consolidação foram a eliminação de investimentos da Controladora nas suas Controladas; eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas Controladas, bem como das contas mantidas entre essas Controladas e destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes. Também, as transações entre as entidades Controladas e os ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das Controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. A posição dos investimentos em 31 de dezembro de 2023 está descrita na nota explicativa nº 10.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais e principais estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 14.2.2).

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados do Grupo, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.3. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2023 não geraram impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/IFRS 17);
 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (CPC 36 (R3)/IFRS 10) e (CPC 18 (R2)/IAS 28);
 - Divulgação de Políticas Contábeis à (CPC 26 (R1)/IAS 1) e IFRS Declaração da Prática 2;
 - Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23/IAS 8); e
 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação e Reforma da Tributação Corporativa Internacional (CPC 32/IAS 12).
- Alteração de pronunciamentos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não são esperados que gerem impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.
- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1)/IAS 1);
 - Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2)/IFRS 16);
 - Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2)/IAS 7).

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Riscos financeiros

As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pelo Grupo, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Grupo.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de debêntures e caixa e equivalentes de caixa. Para o financiamento junto ao BNDES, o risco está ligado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos Índices IPCA ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.1.3. Risco relacionado ao preço de energia nas operações de contratos futuros de energia

Em outubro de 2020, o Grupo começou a operar contratos futuros de energia, a fim de auferir resultados com a venda de energia também no mercado futuro, dentro de uma política que considera limites de riscos pré-estabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, conforme previsto no IFRS 9/CPC 48.

Este valor justo é estimado, em grande parte, nas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações. A taxa de desconto utilizada para fins de cálculo do valor justo, consiste na taxa de Certificados de Depósitos Interbancários (DI), acrescida da taxa de risco da contraparte definida pelo Grupo.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados





Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.3. Risco de liquidez

O Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O Grupo faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

O Grupo investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures, empréstimos e financiamentos) do Grupo e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Controlada	Remuneração	Consolidado					Total
			Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	
Debêntures 8ª emissão série 2	Rio Paranapanema Energia S.A.	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	–	122.473	–	120.706	–	243.179
Debêntures 9ª emissão série 1	Rio Paranapanema Energia S.A.	Variação DI + 1,40% ao ano	192.333	–	–	–	–	192.333
Debêntures 9ª emissão série 2	Rio Paranapanema Energia S.A.	Variação DI + 1,65% ao ano	22.197	–	21.320	186.855	168.282	398.654
			214.530	122.473	21.320	307.561	168.282	834.166

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Controlada Rio Paranapanema Energia possui debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (nota explicativa nº 15.7).

4.3. Risco de regulação

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações do Grupo estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de o Grupo operar sua usina em virtude de atuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado do Grupo.

O Grupo utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para o Grupo.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 18.

4.5. Análise de sensibilidade

O Grupo, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas e debêntures, ao qual o Grupo está exposto na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2023 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro do Grupo, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Controladora			Ganho/(perda)	
				Saldo contábil em 2023	Cenário atual	Cenário provável		
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	DI	11,65%	9,15%	38.615	4.499	3.533	(965)	
Total da exposição líquida				38.615	4.499	3.533	(965)	
Consolidado								
Instrumentos financeiros	Controlada	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2023	Cenário atual	Cenário provável	Ganho/(perda)
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	Consolidado	DI	11,65%	9,15%	502.398	58.529	45.969	(12.560)
Aplicações financeiras vinculadas	Consolidado	DI	11,65%	9,15%	1.764	206	161	(44)
					504.162	58.735	46.131	(12.604)
Passivos financeiros								
Debêntures 8ª emissão série 2	Rio Paranapanema Energia S.A.	IPCA + 5,50% ao ano	4,53%	4,16%	(227.239)	(23.352)	(22.477)	875
Debêntures 9ª emissão série 1	Rio Paranapanema Energia S.A.	DI + 1,40% ao ano	11,65%	9,15%	(190.441)	(25.163)	(20.335)	4.828
Debêntures 9ª emissão série 2	Rio Paranapanema Energia S.A.	DI + 1,65% ao ano	11,65%	9,15%	(338.258)	(45.639)	(37.043)	8.596
					(755.938)	(94.154)	(79.855)	14.299
					(251.776)	(35.419)	(33.724)	1.695

4.6. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Diretoria efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Debêntures	15	–	755.938	979.230
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(38.636)	(35.230)	(502.574)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	–	–	(1.764)
Dívida líquida		(38.636)	(35.230)	251.600
Patrimônio líquido		2.116.337	2.017.160	2.185.761
Total do capital		2.077.701	1.981.930	2.437.361
Índice de alavancagem financeira - (%)*		-1,9	-1,8	10,3

* Dívida líquida/Total do capital

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem à certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 24).

5.1.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixas e bancos	21	23	176	102
Aplicações financeiras	38.615	35.207	502.398	312.412
Certificado de depósito bancário (CDB)	38.615	35.207	502.398	312.412
	38.636	35.230	502.574	312.514

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

5.2.1. Política contábil

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sendo compostas por debêntures, aplicações vinculadas ao empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aluguéis de terrenos nas bordas dos rios que possuem aplicações restritas em gastos ambientais.

5.2.2. Movimentação

	Gastos Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.401
Aplicações	942
Rendimentos	445
Resgates	(1.024)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.764

5.3. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

O Grupo por meio de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo "A" ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de rating (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pelo Grupo.

5.3.1. Composição

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
AAA	AAA	AAA	–	25.009	164.023	168.444
AA	AA	AA	–	2	–	4
AAA	–	AAA	–	–	–	24.704
AAA	–	–	–	–	216.040	–
AAA	AAA	–	38.384	10.219	116.860	91.961
AAA	AAA	AA	–	–	–	28.802
–	AAA	AAA	252	–	7.415	–
			38.636	35.230	504.338	313.915

6. CLIENTES

6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

O Grupo não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes do Grupo são suportados por contratos relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e CCEE.

Contratos ACL	Consolidado			
	A vencer Até 90 dias	Vencidos Até 90 dias	2023	2022
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	178.902	2.286	181.188	198.254
	63.108	–	63.108	34.223
	242.010	2.286	244.296	232.477

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Diretoria do Grupo não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento. As faturas emitidas pelo Grupo referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2023, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito do Grupo de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do *rating* interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais do Grupo possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, realiza a diversificação da carteira de clientes do Grupo com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfólio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através da Marcação a Mercado (MTM - *Market-to-Market*) e do indicador de risco *Value at Risk* (VaR).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Diretoria não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER

7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Diretoria avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pelo Grupo com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

Ativo	Controladora		Consolidado			
	2023	2022	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo negativo/Antecipações de IRPJ e CSLL	–	–	–	819	249	819
PIS e COFINS a recuperar	–	–	593	–	5.021	–
INSS a recuperar	–	–	–	1.590	6	1.539
Outros	3	–	349	–	–	–
	3	–	942	2.409	5.276	2.358
Passivo						
IRPJ e CSLL a recolher	4.852	2.237	62.434	–	35.873	–
PIS e COFINS a recolher	9.806	8.914	19.455	–	18.788	–
ICMS a recolher	–	–	5.697	–	13.792	–
Outros	–	–	369	–	651	–
	14.658	11.151	87.955	–	69.104	–

8. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

8.1. Política contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para a Companhia com base no Estatuto/Contrato Social de suas Controladas, e é reconhecido como um ativo em suas demonstrações financeiras.

8.2. Movimentação de dividendos a receber

	Controladora			
	Saldo em 2022	Dividendos a receber	Dividendos recebidos	Saldo em 2023
Rio Paranapanema Energia S.A.	73.850	275.112	(73.850)	275.112
CTG Brasil Trading Ltda.	6.566	–	–	6.566
	80.416	275.112	(73.850)	281.678

8.3. Movimentação de juros sobre capital próprio a receber

	Controladora			
	Saldo em 2022	JSCP a receber	JSCP recebidos	Saldo em 2023
Rio Paranapanema Energia S.A.	81.762	89.938	(81.762)	89.938
	81.762	89.938	(81.762)	89.938

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

9.1. Política contábil

Algumas das empresas controladas do Grupo mantêm discussões judiciais para as quais foram necessários depósitos judiciais para suspensão de exigibilidade, entre os principais são destacados:

9.2. Movimentação

	Controladora			
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Variações monetárias	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Fiscais
Variações monetárias	–	–	–	2.784
				181
				2.965

	Consolidado				
	Trabalhistas	Fiscais	Ambientais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	92	19.651	5.095	40.792	65.630
Variações monetárias	8	1.433	426	2.928	4.795
Adições	12	7	–	–	19
Saldo em 31 de dezembro de 2023	112	21.091	5.521	43.720	<



Rio Parapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

9.4.2. Regulatórias:

Depósitos judiciais em conexão com a obtenção de decisão judicial suspendendo da multa imposta pela Aneel pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) e de pagar o passivo acumulado entre julho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 13.3 para uma descrição do andamento das discussões referentes à TUSD-g.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Política contábil

Os investimentos da Companhia foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, levando em conta as premissas definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em controlada e Empreendimento controlado em Conjunto.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos foram reconhecidas na demonstração do resultado.

Conforme nota explicativa nº 1.5 a Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. foi incorporada pela Controlada Rio Parapanema Energia.

10.2. Movimentação

	Participação acionária	Dividendos		Baixa investimento	Plano de pensão	Dividendos e JSCP prescritos	Equivalência patrimonial	2023
		2022	JSCP					
Controladas								
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	88.015	-	-	-	-	(62.159)	25.856
Rio Parapanema Energia S.A.	96,19%	1.800.297	(275.112)	(105.809)	4.600	137	328.600	1.752.713
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,00%	3	-	(3)	-	-	-	-
		1.888.315	(275.112)	(105.809)	4.600	137	266.441	1.778.569

	Participação acionária	Dividendos		Baixa investimento	Plano de pensão	Dividendos e JSCP prescritos	Equivalência patrimonial	2022
		2021	JSCP					
Controladas								
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	66.933	(6.566)	-	-	-	27.648	88.015
Rio Parapanema Energia S.A.	96,19%	1.834.978	(195.504)	(96.191)	22.829	227	233.958	1.800.297
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	3	-	-	-	-	-	3
		1.901.914	(202.070)	(96.191)	22.829	227	261.606	1.888.315

10.3. Informações financeiras das Controladas e Coligadas

	% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Controladas						
Rio Parapanema Energia S.A.	96,19%	96,19%	3.689.053	3.714.677	1.866.909	1.843.065
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	100,00%	255.094	444.368	229.241	356.356
Controlada indireta						
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,00%	0,01%	-	231.063	-	2.283

	Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Controladas						
Rio Parapanema Energia S.A.	1.822.144	1.871.612	1.365.524	1.339.038	341.617	243.225
CTG Brasil Trading Ltda.	25.853	88.012	409.654	509.497	(62.159)	27.648
Controlada indireta						
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	-	228.780	26.344	29.898	9.719	(22.192)

11. IMOBILIZADO

11.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido ao Grupo entender que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização por parte da Controlada Rio Parapanema Energia.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados na Controlada Rio Parapanema Energia. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente			
	2023	2022	2022	Taxa média anual de depreciação
Em serviço				
Reservatório, barragens e adutora	10			
Edificações, obras civis e benfeitorias	15			
Máquinas e equipamentos	15			
Veículos	4			
Móveis e utensílios	11			
Outros	2			

A Diretoria do Grupo entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão/autorização por parte da Controlada Rio Parapanema Energia e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, o Grupo avaliará os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outros resultados operacionais".

11.2. Composição

	Consolidado		2022	Taxa média anual de depreciação
	2023	2022		
Em serviço				
Terrenos	224.953	224.953	224.953	0,0%
Reservatório, barragens e adutora	3.476.981	(2.205.224)	1.271.757	3,8%
Edificações, obras civis e benfeitorias	429.683	(298.739)	130.944	2,2%
Máquinas e equipamentos	1.187.732	(583.937)	603.795	3,6%
Veículos	10.695	(7.900)	2.795	3,5%
Móveis e utensílios	1.490	(1.111)	379	3,0%
Outros	4.797	(2.910)	1.887	16,3%
	5.336.331	(3.099.821)	2.236.510	2.399.308
Em curso				
Terrenos	20.477	-	20.477	20,423
Reservatório, barragens e adutora	3.924	-	3.924	4,376
Edificações, obras civis e benfeitorias	340	-	340	766
Máquinas e equipamentos	41.786	-	41.786	49,890
Veículos	-	-	-	64
Móveis e utensílios	127	-	127	-
Outros	66.654	-	66.654	75,519
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(156.093)	-	(156.093)	(156,093)
	(156.093)	-	(156.093)	(156,093)
Total do ativo imobilizado	5.246.892	(3.099.821)	2.147.071	2.318.734

	Consolidado				
	Valor líquido em 2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Em serviço					
Terrenos	224.953	-	-	-	-
Reservatório, barragens e adutora	1.405.049	-	-	478	(133.770)
Edificações, obras civis e benfeitorias	140.121	-	-	251	(9.428)
Máquinas e equipamentos	622.709	(14)	24.314	(43.214)	-
Veículos	3.556	-	64	(825)	-
Móveis e utensílios	346	(1)	79	(45)	-
Outros	2.574	97	-	(784)	-
	2.399.308	97	(15)	25.186	(188.066)
Em curso					
Terrenos	20.423	-	-	-	54
Reservatório, barragens e adutora	4.376	(43)	(409)	-	3.924
Edificações, obras civis e benfeitorias	766	10	(186)	(250)	340
Máquinas e equipamentos	49.890	16.645	(24.749)	-	41.786
Veículos	64	-	(64)	-	-
Móveis e utensílios	-	267	(140)	-	127
Outros	-	681	(681)	-	-
	75.519	17.603	(229)	(26.293)	54
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(156.093)	-	-	-	(156,093)
	(156.093)	-	-	-	(156,093)
Total do ativo imobilizado	2.318.734	17.700	(244)	(1.107)	(188.066)

11.3. Movimentação

	Consolidado					Valor líquido em 2023
	Valor líquido em 2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Em serviço						
Terrenos	224.953	-	-	-	-	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.405.049	-	-	478	(133.770)	1.271.757
Edificações, obras civis e benfeitorias	140.121	-	-	251	(9.428)	130.944
Máquinas e equipamentos	622.709	(14)	24.314	(43.214)	-	603.795
Veículos	3.556	-	64	(825)	-	2.795
Móveis e utensílios	346	(1)	79	(45)	-	379
Outros	2.574	97	-	(784)	-	1.887
	2.399.308	97	(15)	25.186	(188.066)	2.236.510
Em curso						
Terrenos	20.423	-	-	-	-	20,423
Reservatório, barragens e adutora	4.376	(43)	(409)	-	-	3,924
Edificações, obras civis e benfeitorias	766	10	(186)	(250)	-	340
Máquinas e equipamentos	49.890	16.645	(24.749)	-	-	41,786
Veículos	64	-	(64)	-	-	-
Móveis e utensílios	-	267	(140)	-	-	127
Outros	-	681	(681)	-	-	-
	75.519	17.603	(229)	(26.293)	-	54
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(156.093)	-	-	-	-	(156,093)
	(156.093)	-	-	-	-	(156,093)
Total do ativo imobilizado	2.318.734	17.700	(244)	(1.107)	(188.066)	2.147.071

	Consolidado					Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Em serviço						
Terrenos	224.953	-	-	-	-	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.549.940	-	-	-	(144.891)	1.405.049
Edificações, obras civis e benfeitorias	149.556	-	-	-	(9.435)	140.121
Máquinas e equipamentos	653.789	42	(3.124)	16.008	(44.006)	622.709
Veículos	3.416	-	-	1.031	(891)	3.556
Móveis e utensílios	356	-	-	28	(38)	346
Outros	3.170	162	-	-	(758)	2.574
	2.585.180	204	(3.124)	17.067	(200.019)	2.399.308
Em curso						
Terrenos	17.759	839	-	-	-	1.825
Reservatório, barragens e adutora	3.540	836	-	-	-	4.376
Edificações, obras civis e benfeitorias	737	29	-	-	-	766
Máquinas e equipamentos	39.062	26.883	-	(16.055)	-	49.890
Veículos	978	65	-	(979)	-	64
Móveis e utensílios	-	104	-	(104)	-	-
	62.076	28.756	-	(17.138)	-	1.825
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(125.740)	(30.518)	165	-	-	(156,093)
	(125.740)	(30.518)	165	-	-	(156,093)
Total do ativo imobilizado	2.521.516	(1.558)	(2.959)	(71)	(200.019)	2.318.734

11.4. Expansão 15%

O Grupo informa que a Ação de Obrigação de Fazer, movida pelo Estado de São Paulo, no exercício de 2011, referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada, tramita em segredo de justiça e houve despacho determinando o início da fase pericial.

11.5. Custo atribuído no ativo imobilizado

O Grupo aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 - Ativo imobilizado na Controlada Rio Parapanema Energia. A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi de R\$ 79.272 e R\$ 87.477, respectivamente.

11.6. Análise de impairment

Em 31 de dezembro de 2023, a Controlada Rio Parapanema Energia efetuou a análise de impairment utilizando como metodologia o valor em uso. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Diretoria em 2023, ou seja, a geração de caixa futuro projetada até o final da Concessão/autorização.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do valor em uso: receitas projetadas até o fim da Concessão/autorização da operação, em conformidade com as expectativas de preço para comercialização; e projeções do GSF e de inflação baseadas em premissas macroeconômicas de mercado. Para os custos de capex, a projeção se baseou na programação regular de manutenção das usinas e, para as despesas, na dinâmica do negócio e busca por sinergia, diante das premissas disponíveis para essa avaliação. Durante o exercício de 2023, diante da variação na taxa de juros que impacta a taxa de retorno a análise de impairment dos ativos da Controlada Rio Parapanema Energia foi observada a manutenção do saldo de valor não recuperável em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 156.093.

Para apuração do fluxo de caixa descontado, utilizou-se a taxa de desconto (weighted average cost of capital - wacc) pré-tax de 8,84% (8,24% em 31 de dezembro de 2022).

Para os ativos não circulantes da Companhia e da Controlada CTG Trading, não foram identificados indicativos de impairment, tampouco a necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas adicionais pela não realização desses ativos.

12. INTANGÍVEL

12.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível do Grupo são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente			
--	----------------------------------	--	--	--



Rio Parapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.4. Itens que compõem o intangível

12.4.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

12.4.2. Servidão de passagem

Servidão de passagem é o direito que a Controlada Rio Parapanema Energia possui de passar sobre a propriedade alheia mediante a uma contraprestação financeira, que é registrada no ativo fixo.

12.4.3. Direito de autorização (Seband)

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes - SEBAND - Ltda. ("Seband").

Em fevereiro de 2007, a Companhia e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a antiga Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Companhia.

12.4.4. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) (Generation Scaling Factor - GSF) - Controlada Rio Parapanema Energia.

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
- as restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
- por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

13. FORNECEDORES

13.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

13.2. Composição

	Controladora	
	2023	2022
	Circulante	Circulante
Materiais e serviços contratados	16	9
	16	9

	Consolidado					
	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	428.556	-	428.556	463.634	-	463.634
Materiais e serviços contratados	9.815	-	9.815	30.445	-	30.445
Encargos de uso da rede elétrica	15.723	46.621	62.344	14.904	36.542	51.446
Tust	15.440	-	15.440	14.623	-	14.623
Tusd-g	283	46.621	46.904	281	36.542	36.823
	454.094	46.621	500.715	508.983	36.542	545.525

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 384.841 (R\$ 412.714 em dezembro de 2022) na Controlada Rio Parapanema Energia referente a liminar de garantia física, obtidas pela Controlada. A redução no saldo ao longo de 2023 se explica basicamente pela deflação no índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), índice que atualiza este saldo.

13.3. Encargos de uso da rede elétrica

A Aneel regula as tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas devidas pelo grupo são:

- Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão (Tust);
- Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (Tusd-g);
- Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 29.3).

A Controlada Rio Parapanema Energia atualmente discute judicialmente, via Ação Ordinária, a revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, referente ao período de julho de 2004 e junho de 2009, pelo entendimento de que as Demais Instalações de Transmissão (DITs) e os Transformadores de Fronteira integram o sistema de transmissão e que a tarifa por remunerar estes ativos do sistema de transmissão deve ser calculada com base na diretriz do sinal locacional.

Em junho de 2009, a Controlada requereu nos autos da Ação Ordinária o depósito judicial dos valores da Tusd-g e a determinação judicial para que os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (Cusd) com as distribuidoras fossem considerados assinados. Em junho de 2009, o pedido de depósito judicial foi indeferido, mas o juiz reconheceu os Cusd como assinados.

A Controlada recorreu da decisão que indeferiu o pedido de depósito e, em agosto de 2009, o Tribunal autorizou o depósito judicial dos montantes relativos à diferença entre as tarifas calculadas em conformidade com a Resolução Normativa Aneel nº 349/2009 e a Resolução nº 497/2007.

Em dezembro de 2014, foi proferida sentença em primeira instância que julgou procedentes os pedidos da Controlada na Ação Ordinária. Contra tal decisão, as partes apresentaram recursos de apelação, cujos julgamentos estão pendentes. A Controlada efetuou o pagamento das últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2012, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 133.110 (R\$ 117.756 em 31 de dezembro de 2022). O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e seu saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 46.621 (R\$ 36.542 em 31 de dezembro de 2022).

14. ENCARGOS SETORIAIS

14.1. Política contábil

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

14.2. Características dos contratos de debêntures

Emissão	Série	Remuneração	Registro CVM da Emissão	Data da emissão	Data de vencimento	Quantidade emitida	Valor nominal	Agente fiduciário	Periodicidade de pagamento dos juros	Número de parcelas	Destinação de recursos das debêntures
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/03/2018	15/03/2025	160.000		Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Anual	2	Pagamento de principal da segunda parcela da quinta emissão da primeira série, principal da terceira parcela da quarta emissão da primeira série e principal da parcela única da sexta emissão.
9ª	1	DI + 1,40% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	26/01/2021	26/01/2024	180.000		Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	1	Pagamento de principal da primeira parcela da quarta emissão, principal da terceira parcela da quinta emissão, principal da primeira da sétima emissão e reforço de capital de giro.
9ª	2	DI + 1,65% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	26/01/2021	26/01/2026	320.000		Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	2	Pagamento de principal da primeira parcela da quarta emissão, principal da terceira parcela da quinta emissão, principal da primeira da sétima emissão e reforço de capital de giro.

15.6. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato

15.7. Cláusulas restritivas ("Covenants")

15.7.1. Covenants financeiros

As cláusulas restritivas previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Oitava e Nona emissão:

- Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- Redução de capital da Controlada Rio Parapanema Energia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,9, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Controlada Rio Parapanema Energia, na 8ª e 9ª emissão, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Controlada Rio Parapanema Energia atendeu os referidos índices financeiros, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2023	2022
Ebitda/Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	20,04	4,91
Dívida líquida/Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,43	1,00
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,47	0,54

15.7.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionadas anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Oitava e Nona emissão, os quais vêm sendo atendidas pela Controlada Rio Parapanema Energia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor igual ou superior a R\$ 32 milhões para a 8ª emissão e R\$ 70 milhões para a 9ª emissão;
- 8ª/9ª debêntures - Transferência de controle acionário direto ou indireto da Controlada Rio Parapanema Energia, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Controlada Rio Parapanema Energia em dois níveis em relação a classificação de risco vigente na data da emissão;
- Cisão, fusão, incorporação (no qual a Controlada Rio Parapanema Energia seja cindida ou incorporada), exceto previamente autorizado por debenturistas obedecendo as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures;
- Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis publicamente.

16. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

16.1. Política contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia e de suas controladas com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras.

14.2. Composição

	Consolidado					
	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	14.263	-	14.263	12.176	-	12.176
P&D	16.108	10.270	26.378	24.749	5.943	30.692
TFSEE	701	-	701	632	-	632
	31.072	10.270	41.342	37.557	5.943	43.500

14.2.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

14.2.2. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/Aneel nº 2.409/2007, o Grupo tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

14.2.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

15. DEBÊNTURES - RIO PARAPANEMA ENERGIA

15.1. Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o exercício ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

15.2. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	2023					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Varição monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Varição monetária e (custos de transação)	Total
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	80.000	38.238	118.238	80.000	29.001	109.001
9ª	1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	180.000	10.441	190.441	-	-	-
9ª	2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	-	18.615	18.615	320.000	(357)	319.643
				260.000	67.294	327.294	400.000	28.644	428.644

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	2022					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Varição monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Varição monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.350	63.621	146.971	-	-	-
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	80.000	4.876	84.876	-	-	-
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	8.909	8.909	160.000	48.066	208.066
9ª	1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	-	11.082	11.082	180.000	(26)	179.974
9ª	2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	-	20.039	20.039	320.000	(687)	319.313
				163.350	108.527	271.877	660.000	47.353	707.353

15.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo

	2025	2026	Total
Debêntures 8ª emissão série 2	109.001	-	109.001
Debêntures 9ª emissão série 2	159.822	159.821	319.643
	268.823	159.821	428.644

15.4. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4ª Emissão		8ª Emissão		9ª emissão		Total
	Série 2	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Total	
Amortização de custos de transação	146.971	84.876	216.975	191.056	339.352	979.230	
Apropriação de juros	39	63	178	312	357	949	
Apropriação de variação monetária	6.588	623	11.943	25.402	46.200	90.756	
Pagamento de debêntures	4.782	-	9.803	-	-	14.585	
Pagamento de juros	(83.350)	(80.000)	-	-	-	(163.350)	
Pagamento de variação monetária	(8.994)	(5.562)	(11.660)	(26.329)	(47.651)	(100.196)	
Pagamento de variação monetária	(66.036)	-	-	-	-	(66.036)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	227.239	190.441	338.258	755.938	

16.2. Movimentação de dividendos a pagar

	Controladora		Saldo em 2023
	Dividendos intermediários/propostos	Dividendos pagos	
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	45.332	92.253	(92.001)
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	22.662	46.120	(45.993)
	67.994	138.373	(137.994)

	Consolidado			
	Saldo em 2022	Dividendos intermediários/propostos	Dividendos pagos	Prescrições (*)
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	45.332	92.253	(92.001)	-
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	22.662	46.120	(45.993)	-
Acionistas minoritários	4.126	10.897	(2.885)	(97)
	72.120	149.270	(140.879)	(97)

(*) Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido disponibilizados ao acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

16.3. Movimentação de juros sobre capital próprio a pagar

	Consolidado					
	Saldo em 2022	JSCP a pagar	JSCP pagos	Prescrições (*)	Reclassificações	Saldo em 2023
Acionistas minoritários	3.419	3.562	(3.446)	(45)	275	3.765
	3.419	3.562	(3.446)	(45)	275	3.765

(*) Os juros sobre capital próprio não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido disponibilizados ao acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

17.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a sua Controlada Rio Paranapanema Energia.
A Controlada Rio Paranapanema Energia possui contrato de compartilhamento de despesas com China Three Gorges Brasil Energia S.A., Controladora da Companhia e contrato de compartilhamento de serviços técnicos com a Rio Paraná Energia S.A., Rio Verde Energia S.A. e Rio Canoas Energia S.A.
A Controlada CTG Trading possui saldos de compra e venda de energia com empresas coligadas.

	Controladora		Consolidado			
	2023	2022	2023		2022	
	Passivo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	-	-	4.004	-	2.578
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	62	5	78	18
Rio Verde Energia S.A.	-	-	35	4	44	4
Rio Parana Energia S.A.	-	-	795	775	997	61.274
Rio Paranapanema Energia S.A.	100	748	-	-	-	-
São Manoel Energia S.A.	-	-	1.045	-	1.015	-
	100	748	1.937	4.788	2.134	63.874

17.4. Resultado

	Controladora		Consolidado							
	2023	2022	2023		2022		2022			
	Compartilhamento de infraestrutura	Compartilhamento de infraestrutura	Venda de energia	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Venda de energia	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	-	-	-	(22.894)	(22.894)	-	-	(22.415)	(22.415)
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	-	-	803	803	-	-	272	272
Rio Verde Energia S.A.	-	-	-	-	454	454	-	-	164	164
Rio Parana Energia S.A.	-	-	-	-	(778)	4.178	3.400	(11.790)	1.303	(10.487)
Rio Paranapanema Energia S.A.	(5.158)	(7.376)	-	-	-	-	-	-	-	-
São Manoel Energia S.A.	-	-	6.205	-	6.205	6.022	-	-	6.022	6.022
	(5.158)	(7.376)	6.205	(778)	(17.459)	(12.032)	6.022	(11.790)	(20.676)	(26.444)

18. PROVISÕES PARA RISCOS

18.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:
i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, o Grupo considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Diretoria do Grupo, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituídas, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa n° 11).

18.2. Provisões para riscos prováveis

18.2.1. Composição

	Consolidado			
	2023	2022	2023	2022
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	10.209	(2.026)	8.183	7.258
Fiscais	17.925	(35)	17.890	20.181
Cíveis	2.475	(279)	2.196	2.041
Desapropriações de terras	54	-	54	-
Indenizações de benfeitorias	2.421	(279)	2.142	2.041
Ambientais	21.051	(737)	20.314	10.213
Regulatórias	48.622	-	48.622	-
	100.282	(3.077)	97.205	39.693

18.2.2. Movimentação

	Consolidado					
	Cíveis		Ambientais		Regulatórias	
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Regulatórias
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	20.181	-	2.041	10.213	-
Provisões para riscos	-	-	-	-	-	-
Provisões/(reversões)	83	(2.927)	-	-	9.380	48.622
Provisões (*)	-	-	52	-	-	52
Variações monetárias	997	639	-	104	586	-
Variações monetárias (*)	-	-	2	-	-	2
Acordos/pagamentos	-	-	-	-	(1.540)	-
	1.080	(2.288)	54	104	8.426	48.622
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-
Variações monetárias	(155)	(3)	-	(3)	(141)	(302)
Baixas	-	-	-	-	1.816	-
	(155)	(3)	-	(3)	1.675	(1.514)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.183	17.890	54	2.142	20.314	48.622

	Consolidado					
	Cíveis		Ambientais		Regulatórias	
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras (*)	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.584	20.233	-	2.499	8.449	44.762
Provisões para riscos	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	-
Provisões/(reversões)	(244)	(680)	-	(90)	1.491	477
Provisões (*)	-	-	1.825	-	-	1.825
Variações monetárias	1.061	619	-	194	463	2.337
Variações monetárias (*)	-	-	839	-	-	839
Acordos/pagamentos	(37)	(163)	(9.661)	(544)	-	(10.405)
	780	(224)	(6.997)	(440)	1.954	(4.927)
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-
Variações monetárias	(117)	(158)	-	(22)	(141)	(438)
(Adições)	-	-	-	(258)	(49)	(307)
(Adições) (*)	-	-	(2.772)	-	-	(2.772)
Baixas	11	330	-	262	-	603
Baixas (*)	-	-	2.772	-	-	2.772
	(106)	172	-	(18)	(190)	(142)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	20.181	-	2.041	10.213	39.693

(*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão da discussão ser a respeito de terrenos, que são controlados no grupo de imobilizado.

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

18.2.3. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, as principais provisões relativas aos riscos trabalhistas com expectativas de perda provável são referentes às ações movidas por ex-empregados, sindicatos e terceirizados, envolvendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação salarial, entre outros pedidos.

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos do Grupo decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, o que acarretou a redução das provisões.

18.2.4. Fiscais - Rio Paranapanema Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, as principais provisões relativas aos riscos fiscais com expectativas de perda provável são referentes:
i. Processo Administrativo decorrente de um Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. Decisão de primeira instância e segunda instâncias parcialmente favoráveis à Controlada, sendo anuladas as autuações referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2000. O processo retornou para a primeira instância para novo julgamento em relação ao período de março 2000. Interpusemos recurso voluntário em 28.9.2022. Aguardando distribuição do Recurso Voluntário no CARF. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 3.266 (R\$ 3.160 em 31 de dezembro de 2022);
ii. Processo administrativo, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam em R\$ 11.293 (R\$ 14.167 em 31 de dezembro de 2022);
iii. Ação Anulatória ajuizada pela Controlada visando cancelamento de débitos de PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. A discussão se dá em razão da isenção na aquisição de energia elétrica de Itaipu, a qual a Receita Federal não entende cabível. O valor total da discussão em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.910, sendo que o valor provável é de R\$ 551.

18.2.5. Ambientais - Rio Paranapanema Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, as principais provisões relativas aos riscos ambientais com expectativas de perda provável são referentes:
i. Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Município de Santo Inácio contra a Controlada em que se discute a compensação de impactos ambientais. As partes estão em discussão para formalização de um TAC que colocará fim na Ação Civil Pública no montante atualizado para 31 de dezembro de 2023 de R\$ 15.844 (R\$ 9.238 em 31 de dezembro de 2022);
ii. Trata-se de Ação Anulatória ajuizada para declarar nulo o Autos de Infração nº 246.946-D lavrado pelo IBAMA em face da UHE Canoas I, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2023 é R\$ 784 (R\$ 1.940 em 31 de dezembro de 2022);
iii. Provisão para indenização por danos materiais e morais de ações ajuizadas por supostos pescadores profissionais, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.371 (R\$ 1.448 em 31 de dezembro de 2022).

18.2.6. Regulatórias - Rio Paranapanema Energia S.A.
Em 2002, AES Sul distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 288 da Aneel. A Controlada pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora.
Devido ao andamento no processo durante o ano de 2023 e com base na expectativa de futuro desembolso da Controlada, a Diretoria deliberou pela constituição de provisão no valor de R\$ 48,6 milhões.

18.3. Contingências possíveis

18.3.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Trabalhistas	-	-	20.316	3.615
Fiscais	41.338	37.807	185.230	207.387
Ambientais	-	-	22.548	56.036
Regulatórias	-	-	70.680	126.637
Cíveis	-	-	37.217	34.149
	41.338	37.807	335.991	427.824

18.3.2. Trabalhistas - Rio Paranapanema Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 20.316 (R\$ 3.615 em 31 de dezembro de 2022).

Sendo que, em 2022, foram distribuídas 03 (três) ações de ex-colaboradores próprios com valor da causa inicial de R\$ 100 cada. Quando da liquidação das ações, em 2023, estas totalizaram o montante de, aproximadamente, R\$ 16.020, além do incremento de ações trabalhistas promovidas por ex-colaboradores e ex-colaboradores de terceiros e atualização das causas por variação monetária.

18.3.3. Fiscais

18.3.3.1. Rio Paranapanema Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:

i. Trata-se de auto de infração para imposição de multa regulamentar por apresentação de ECF referente ao ano-calendário 2017 com informações inexatas, incorretas ou omitida. Valor envolvido no possível de R\$ 31.144;

ii. Processo administrativo originado de pedido de compensação de saldo IRPJ referente ao ano-calendário de 2000. Valor classificado como possível de R\$ 7.230;

iii. Visa à concessão da liminar/segurança para que seja reconhecido o direito das impetrantes de, por força da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN, não se sujeitem a multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, COFINS, IRPJ, CSL e IOF mediante pagamentos e compensações. Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2023, totalizam R\$ 2.964.

18.3.3.2. Rio Paranapanema Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:

i. Mandado de Segurança, que visa a concessão de liminar para ser reconhecido o direito da Controlada de não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 11.281 (R\$ R\$ 10.594 em 31 de dezembro de 2022);

ii. Processos administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL), bem como de tributos pagos a maior. Em todos os casos a Controlada Rio Paranapanema Energia apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 60.587 (R\$ 69.230 em 31 de dezembro de 2022). Aumento decorre de novos processos administrativos, bem como da atualização monetária;

iii. Autos de Infração que discutem para cobrança de CSLL, IRPJ e Lucro Inflacionários referentes aos anos calendário de 2005 a 2010 respectivamente. Em todos os casos foram apresentados Recursos Voluntários que estão pendentes de julgamento pelo Conselho de Contribuintes. Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2023, totalizam R\$ 37.710 (R\$ 40.775 em 31 de dezembro de 2022);

iv. Ação anulatória que discute o saldo negativo de CSLL do ano calendário que foi adquirido pela Controlada na cisão parcial da CESP Decisão de primeira instância desfavorável. O valor classificado como possível é de R\$ 34.148 em 31 de dezembro de 2023.

18.3.4. Ambientais - Rio Paranapanema Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 as principais contingências ambientais com expectativa de perda possível são:

i. Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAT), pelo IBAMA e pela CETESB, relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Salto Grande, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara, além de Ações Anulatórias. A Controlada apresentou recursos administrativos e ajuizou ações visando declarar a nulidade das multas. Os valores em 31 de dezembro de 2023 totalizam a quantia de R\$ 12.920 (R\$ 45.361 em 31 de dezembro de 2022).

ii. Ações Cíveis Públicas movidas pelo Ministério Público Estadual de Andará em face da Controlada relativas à ocupação irregular em área de APP (localizadas nos reservatórios das UHEs Canoas I e II), regularização de área de loteamentos e recuperação ambiental. Os valores em 31 de dezembro de 2023 totalizam a quantia de R\$ 10.620 (R\$ 10.675 em 31 de dezembro de 2022).

18.3.5. Cíveis - Rio Paranapanema Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, a variação observada refere-se à Ação de Desapropriação ajuizada em face de Millernad Badran em que se discute a desapropriação e valorização do imóvel para a construção do reservatório da UHE Retiro. A decisão de primeira instância foi favorável à Sociedade determinando que a indenização a ser paga fosse calculada tomando por base os valores definidos pela Controlada Rio Paranapanema Energia. Em sede de recurso ao Tribunal de Justiça de São Paulo se manteve a decisão de primeira instância. Atualmente o caso encontra-se em fase recursal perante a instância superior, sendo que o valor envolvido no possível é de R\$ 33.572

18.3.6. Regulatórias - Rio Paranapanema Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 119.301, sendo que as principais contingências são referentes a:

i. Por conta da recusa da Controlada em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota explicativa n° 13.3 (Encargos de Uso da Rede Elétrica), a Aneel autuou a Rio Paranapanema Energia por meio do Auto de Infração nº 014/2009-SFG por supostamente não ter a Controlada (i) firmado os CUSD com as concessionárias de distribuição; e (ii) não ter quitado o passivo da TUSD-g acumulado de julho de 2004 a junho de 2009. Por conta disso, a Controlada ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, a sentença denegou o pedido de liminar feito pela Rio Paranapanema Energia no Mandado de Segurança impetrado, mantendo-se a multa imposta pela Aneel. Em outubro de 2013 a Controlada requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em dezembro de 2013, a Controlada interpsu recurso de apelação, o qual ainda está pendente de julgamento. A classificação é de perda possível, e o valor é de R\$ 43.720 (R\$ 40.791 em 31 de dezembro de 2022);

ii. Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF)/ANEEL nº 2.517/2010 e 1.175/2012, respectivamente. A Controlada pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 26.959 (R\$ 26.056 em 31 de dezembro de 2022).

19. CONTRATOS FUTUROS DE ENERGIA - CTG TRADING

19.1. Política contábil
As operações de contratos futuros de energia são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base no preço contratado ou no preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.
As operações foram realizadas pela Controlada CTG Trading até 2028 e foram reconhecidas pelo seu valor justo na data de fechamento de cada operação. São reconhecidas na rubrica de contratos futuros de energia, os ganhos/perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado.

Este valor justo é estimado, em grande parte, pelas cotações de preço utilizadas no mercado de balcão, se necessário, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações. A taxa de desconto utilizada para fins de cálculo do valor justo, consiste na taxa de Depósitos Interbancários (DI), acrescida da taxa de risco da contraparte definida em política contábil pela Controlada CTG Trading.

19.2. Composição

	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido	Ativo	Passivo	Efeito líquido
Circulante	53.962	73.469	(19.507)	210.179	159.716	50.463
Não circulante	66.208	110.813	(44.605)	115.425	80.525	34.900
	120.170	184.282	(64.112)	325.604	240.241	85.363

19.3. Movimentação

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Contratos novos	Contratos realizados	Varição no valor justo	



Rio Parapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, o Grupo reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de descontos condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. O Grupo reconheceu um passivo atuarial no seu balanço patrimonial com contrapartida em resultados abrangentes, em virtude de perdas apuradas no cálculo atuarial resultante da queda da taxa de desconto utilizada no cálculo dos ativos e passivos do plano de aposentadoria, sem efeito em resultado.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado mensal. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido do Grupo.

20.2. Contribuição definida

20.2.1. Política contábil

No plano de contribuição definida, o Grupo faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privada conforme opção do colaborador para esse benefício. O Grupo não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas, cujo montante foi de R\$ 1.217 (R\$ 1.197 em 31 de dezembro de 2022).

20.3. Benefício definido

20.3.1. Política contábil

O Grupo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios supracitados.

O Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão - PSAP do Grupo é estruturado na modalidade de Benefício Definido, criado em 1º de setembro de 1999 e encontra-se aberto à novas adesões para os empregados do Grupo. O plano garante uma suplementação do benefício do INSS mediante a aposentadoria e invalidez aos empregados inscritos no plano, conforme as regras definidas pelo regulamento do plano, atualmente está aberto para a entrada de novos participantes.

O custeio do plano é determinado pelo regulamento através das contribuições dos participantes, aposentados e patrocinadores.

O Grupo designou a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária independente, para conduzir a avaliação atuarial anual, visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados, obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 110/2022. Durante este processo, todas as premissas atuariais foram revisadas. A avaliação atuarial adotou o método do crédito unitário projetado e o ativo líquido do plano é avaliado pelo valor justo.

As obrigações com a Vivest (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica de plano de pensão e aposentadoria.

20.3.2. Conciliação dos ativos/passivos a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	2023	2022
Obrigação de benefício definido	(409.204)	(401.112)
Valor justo do ativo do plano	404.714	390.004
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(4.490)	(11.108)

No exercício de 2023, o Grupo contabilizou uma redução em seu passivo de longo prazo no valor de R\$ 6.618 (R\$ 31.080 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida ao patrimônio líquido (outros resultados abrangentes), conforme estabelecido pelo CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados.

20.3.3. Movimento do (passivo)/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	2023	2022
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano anterior	(11.108)	(42.188)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(1.845)	(6.076)
Contribuições da empresa realizadas no exercício	1.337	1.356
Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	7.126	35.800
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano	(4.490)	(11.108)

20.3.4. Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício

	2023	2022
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	401.112	429.589
Custo do serviço corrente	3.037	3.539
Custo do serviço	921	2.220
Contribuição de participante	2.116	1.319
Custo dos juros	40.323	39.411
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(31.310)	(27.244)
Redimensionamento da obrigação	(3.958)	(44.183)
Obrigação de benefício definido no final do ano	409.204	401.112

20.3.5. Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	2023	2022
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	390.004	387.401
Rendimento real dos ativos	42.567	27.172
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	39.399	35.555
Rendimento do valor justo do ativo do plano	3.168	(8.383)
Contribuições no exercício	3.453	2.674
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(31.310)	(27.244)
Valor justo dos ativos no final do exercício	404.714	390.004

20.3.6. Despesa anual reconhecida no resultado do exercício

	2023	2022
Custo do serviço corrente	921	2.220
Custo dos juros sobre a obrigação de benefício definido	40.323	39.411
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(39.399)	(35.555)
Total	1.845	6.076

20.3.7. Remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	2023	2022
Saldo no início do exercício		
Efeito da alteração de premissas financeiras	14.780	(38.560)
Efeito da alteração de premissas demográficas	(622)	52
Efeito da experiência do plano	(18.116)	(5.675)
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(3.168)	8.383
Saldo no final do exercício	(7.126)	(35.800)

20.3.8. Premissas utilizadas nas avaliações atuariais

20.3.8.1. Hipóteses econômicas

	2023	2022
Taxa nominal de desconto (*)	9,92% ao ano	10,41% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	9,92% ao ano	10,41% ao ano
Taxa nominal de crescimento salarial	6,60% ao ano	6,60% ao ano
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,00% ao ano	4,00% ao ano
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,00% ao ano	4,00% ao ano
Fator de capacidade		
Salários	100,00%	100,00%
Benefícios	100,00%	100,00%

(*) Utilização de taxas nominais.

20.3.8.2. Hipóteses demográficas

	2023	2022
Mortalidade geral	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Mercer Disability M suav. Em 50%	Mercer Disability suav. Em 50%
Mortalidade de inválidos	AT - 1949 Masculina agravada em 10%	AT - 1949 Masculina agravada em 10%
Composição familiar	Funesp 2014	Funesp 2014
	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres
Idade de aposentadoria	Plano: 15 anos	Plano: 15 anos
Taxa de crescimento salarial	1,69%	2,50%
Projeção de crescimento da unidade de referência	0,42% a.a. ExpR_2012*	0,42% a.a. ExpR_2012*
Rotatividade	suavizada em 50%	suavizada em 50%

20.3.9. Dados dos participantes

	2023	2022
Numero de Participantes		
Ativos	163	208
Aposentados	209	190
Invalídidos	18	15

20.3.10. Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 409.204, o Grupo realizou análise de sensibilidade da principal premissa atuarial, a taxa de desconto, considerando uma variação de 1 p.p., tendo como resultado os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto (+1,00 p.p.)	(-1,00 p.p.)
Impacto na Obrigação de Benefício Definido	(37.474)	43.464
Total da Obrigação de Benefício Definido	371.730	452.668
Duration da obrigação (em anos)	10,20	10,62

20.3.11. Estimativa da despesa de benefício definido para o próximo exercício

Custo do serviço corrente	1.040
Custo dos juros	39.196
Rendimento esperado dos ativos do plano	(38.627)
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de (ativos)/passivo	—
Custo da obrigação de benefício definido	1.609

20.3.12. Outras informações sobre as obrigações atuariais

O valor esperado de contribuições do Grupo para o exercício de 2023 é de R\$ 2.492 (R\$ 2.537 em 31 de dezembro de 2022).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

1 ano	30.465
Entre 2 e 5 anos	135.172
Entre 5 e 10 anos	202.213

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social subscrito e integralizado

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 798.355, equivalentes a 798.354.773 (Setecentos e noventa e oito milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e três) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas, assim distribuídas dentre os acionistas:

	2023 e 2022	%
Ações ordinárias	532.263.127	66,67
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	266.091.646	33,33
Huikai Clean Energy S.Á.R.L	798.354.773	100,00

21.2. Reservas de capital

	2023	2022
Deságio na subscrição de ação	(6.626)	(6.626)
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Rio Sapucaí-Mirim Energia	(9.841)	(9.841)
Controladora e Consolidado	(16.467)	(16.467)

21.3. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

No encerramento do exercício, o total da reserva de lucros atingiu o montante de R\$ 1.057.604, superando o capital social em R\$ 259.249. A Companhia está realizando as análises necessárias para viabilizar a regularização do excesso da reserva de lucro através da distribuição de dividendos, de acordo com o artigo 199 da Lei 11.638/07.

21.4. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

21.5. Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	232.813	225.518
Depreciação (custo atribuído)	79.272	97.230
IRPJ/CSLL diferidos (custo atribuído)	(26.952)	(29.742)
Constituição da reserva legal	(11.641)	(11.276)
Base de cálculo do dividendos	273.492	281.730

Distribuições mínimas obrigatórias (25%)

Dividendos propostos	68.373	67.994
68.373	67.994	

Deliberação

	Provento	Montante	Valor por ação
AGE de 31/07/2023	Dividendo 70.000	0,08768	
AGO de 28/04/2023	Dividendo 67.994	0,08517	
AGE de 07/12/2022	Dividendo 97.000	0,12150	

21.6. Custo atribuído

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de determinados itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, sendo a contrapartida registrada no patrimônio líquido, outros resultados abrangentes.

21.7. Participação de acionistas não controladores

A participação total dos acionistas não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 é composta por acionistas minoritários da Controlada Rio Parapanema Energia e corresponde à R\$ 69.424.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

22.1. Política contábil

22.1.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

O Grupo reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo;
- Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O Grupo reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Diretoria do Grupo, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

22.1.2. Receita de geração e comercialização no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna do Grupo.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	Consolidado 2023	2022
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	1.453.258	1.528.537
Comercialização de energia - operações de trading	436.625	558.267
Mercado de curto prazo (MCP)	78.605	50.862
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	53.195	10.696
Total receita operacional bruta	2.021.683	2.148.362
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(173.349)	(186.482)
ICMS	(33.908)	(70.528)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(12.904)	(12.920)
(220.161)	(269.930)	
Receita operacional líquida	1.801.522	1.878.432

23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

23.1. Energia elétrica vendida

	Consolidado			
	2023		2022	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
7.307.406	1.453.258	7.240.218	1.528.537	
Contratos ACL	—	—	—	—
Contrato ACR	—	—	—	—
Comercialização de energia - operações de trading	2.655.470	436.625	2.671.344	558.267
Mercado de curto prazo (MCP)	1.232.036	78.605	845.641	50.862
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	2.737.655	53.195	793.805	10.696
13.932.567	2.021.683	11.551.008	2.148.362	

(*) Não auditado pelos auditores independentes

23.2. Energia elétrica comprada

	Consolidado			
	2023		2022	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
609.820	135.843	748.656	142.517	
Contratos ACL	—	—	—	—
Comercialização de energia - operações de trading	2.658.693	382.719	2.941.514	515.375
Mercado de curto prazo (MCP)	26.631	13.135	18.156	1.075
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	20.532	18.363	2.187.058	52.891
(-) Crédito de PIS	—	(8.834)	—	(11.139)
(-) Crédito de COFINS	—	(40.688)	—	(51.306)
3.315.676	500.538	5.895.384	649.413	

(*) Não auditado pelos auditores independentes

23.3. Encargos de uso da rede elétrica

23.3.1. Política contábil

Os encargos devidos pelo Grupo estabelecido pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

i. valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproxim



Rio Parapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL						
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(87.836)	(31.621)	(119.457)	(87.531)	(31.511)	(119.042)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	-	-	-	2.260	(73)	2.187
Juros sobre capital próprio	1.047	378	1.425	953	343	1.296
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa sem constituição de IRPJ/CSLL diferido	7.101	2.557	9.658	5.913	2.129	8.042
Doações Incentivadas	2.644	-	2.644	-	-	-
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	1.307	362	1.669	(5.665)	(3.196)	(8.861)
Diferenças temporárias sem constituição de IR/CS diferido	(187)	(67)	(254)	-	-	-
Incentivos fiscais	41	-	41	2.869	-	2.869
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(892)	(348)	(1.240)	(1.325)	(503)	(1.828)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(76.775)	(28.739)	(105.514)	(82.526)	(32.811)	(115.337)
IRPJ e CSLL correntes	113.644	42.013	155.657	94.614	36.897	131.511
IRPJ e CSLL diferidos	(36.869)	(13.274)	(50.143)	(12.088)	(4.086)	(16.174)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	76.775	28.739	105.514	82.526	32.811	115.337
Alíquota efetiva	21,9%	8,2%	30,0%	23,6%	9,4%	32,9%

25.2.1. Tributos diferidos

25.2.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

O Grupo apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras.

	Consolidado					
	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	317.810	113.259	431.069	359.847	128.391	488.238
Liminares CCEE (GF)	30.261	10.894	41.155	39.707	14.295	54.002
Provisões para riscos	24.444	8.800	33.244	10.626	3.825	14.451
Contratos futuros de energia	16.028	5.770	21.798	-	-	-
Benefício fiscal	5.606	2.018	7.624	6.835	2.461	9.296
Participação nos lucros e resultados	2.194	790	2.984	1.933	696	2.629
Outras provisões	1.256	452	1.708	1.843	663	2.506
Amortização de direito de uso	92	33	125	117	42	159
Valores recebidos a maior RTE	88	32	120	78	28	106
Total	397.779	142.048	539.827	420.986	150.401	571.387
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(157.707)	(56.775)	(214.482)	(175.908)	(63.327)	(239.235)
Ajuste de avaliação patrimonial	(81.461)	(29.326)	(110.787)	(101.839)	(36.662)	(138.501)
Mais-valia - investimento em controlada	(6.513)	(2.345)	(8.858)	(6.513)	(2.345)	(8.858)
Ajuste atuarial plano de pensão	(2.688)	(968)	(3.656)	(1.034)	(372)	(1.406)
Contratos futuros de energia	-	-	-	(21.339)	(7.683)	(29.022)
Total	(248.369)	(89.414)	(337.783)	(306.633)	(110.389)	(417.022)
Imposto diferido líquido	149.410	52.634	202.044	114.353	40.012	154.365

O Grupo tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

	2024	2025	2026	2027	2028	a partir de 2029	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.059	(42.589)	(17.335)	4.189	4.595	207.125	202.044

25.3. Benefício fiscal - Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Controlada Rio Parapanema Energia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. ("Duke Sudeste"), em fevereiro de 2002 teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Controlada Rio Parapanema Energia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	2023			2022		
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Ágio	Provisão	Valor líquido
Saldo oriundo da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	305.406	(201.568)	103.838
Realização	(282.967)	186.754	(96.213)	(278.052)	183.510	(94.542)
Saldo no final do exercício	22.439	(14.814)	7.625	27.354	(18.058)	9.296

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal - imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como aumento desses mesmos tributos no ativo não circulante, na rubrica "Impostos diferidos". Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado do exercício conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Amortização do ágio	(4.915)	(5.506)
Reversão da provisão	3.244	3.634
Benefício fiscal	1.671	1.872
Total	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Realização estimada	1.492	1.332	1.190	1.062	948	1.601	7.625

26. LUCRO POR AÇÃO

26.1. Política contábil

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora	
	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	232.813	225.518
Lucro líquido do exercício	232.813	225.518
Denominador (Média ponderada de números de ações)	798.355	798.355
Ações ordinárias	798.355	798.355
Resultado básico e diluído por ação	0,29162	0,28248

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio, considerando como principal indicador o lucro líquido.

Os segmentos operacionais definidos pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva Estatutária são os seguintes, tendo como premissas de segregação suas atividades principais:

Geração: Entidades que possuem como atividade principal a geração e comercialização de energia elétrica, tendo suas concessões regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel e MME.

Comercialização: Entidades que possuem como atividade principal a comercialização de energia a consumidores livres.

Administração/outros: Entidades com características de holding onde a principal atividade é a participação em outras sociedades empresariais e prestação de serviços para as empresas do Grupo no Brasil.

As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõe o conjunto de informações disponibilizadas aos Diretores da Companhia que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando essas informações em bases consolidadas.

	2023					
	Geração	Margem %	Comercia- lização	Margem %	Administração outros	Margem %
Principais Indicadores de Gestão						
Receita operacional líquida	1.391.868	100,0%	409.654	100,0%	-	0,0%
Ebitda ajustado	761.176	54,7%	(101.192)	-24,7%	(6.242)	0,0%
Lucro líquido ajustado	341.615	24,5%	(62.159)	-15,2%	(33.628)	0,0%
Depreciação e amortização	(266.499)	-	-	-	(860)	-
Receita financeira	90.963	-	6.978	-	(4.013)	-
Despesa financeira	(128.955)	-	(14)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(115.070)	-	32.069	-	(22.513)	-
Total	1.801.522	100,0%	653.742	100,0%	245.828	13,6%

	2022					
	Geração	Margem %	Comercia- lização	Margem %	Administração outros	Margem %
Principais Indicadores de Gestão						
Receita operacional líquida	1.368.935	100,0%	509.497	100,0%	-	0,0%
Ebitda ajustado	757.881	55,4%	36.746	7,2%	(8.957)	0,0%
Lucro líquido ajustado	243.225	17,8%	27.648	5,4%	(36.088)	0,0%
Depreciação e amortização	(277.957)	-	-	-	(860)	-
Receita financeira	45.853	-	5.122	-	(6.779)	-
Despesa financeira	(200.175)	-	(1)	-	(751)	-
Imposto de renda e contribuição social	(82.377)	-	(14.219)	-	(18.741)	-
Total	1.801.522	100,0%	653.742	100,0%	245.828	13,6%

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

O Grupo não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

28.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

28.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

28.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

O Grupo mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Grupo possa ter acesso na data de mensuração;

• Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixa e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

• Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixa e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações do Grupo e suas Controladas compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização da Controlada, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, o Grupo através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem o Grupo cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

28.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

28.6.1. Considerações gerais

O Grupo participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros do grupo estão representados por:

Natureza	Classificação	Consolidado			
		Hierarquia do valor justo	2023	2022	2022
Ativos financeiros					
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	176	176	102
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	502.398	502.398	312.412
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.764	1.764	1.401
Clientes	Custo amortizado	-	244.296	244.296	232.477
Depósitos Judiciais	Custo amortizado	-	70.444	70.444	65.630
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.937	1.937	2.134
Contratos futuros de energia	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	120.170	120.170	325.604
			941.185	941.185	939.760
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	-	500.715	500.715	545.525
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	41.342	41.342	43.500
Debêntures	Custo amortizado	-	755.938	721.780	979.230
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	84.179	84.179	75.539
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	4.788	4.788	63.874
Contratos futuros de energia	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	184.282	184.282	240.241
			1.571.244	1.537.086	1.947.909

29. SEGUROS

29.1. Política contábil

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades suas e de suas Controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Evandro Leite Vasconcelos - Membro do Conselho
Sílvio Alexandre Scucuglia da Silva - Membro do Conselho

Liyy Zhang - Presidente do Conselho

Xingyang Cao - Membro do Conselho
Zhigang Chen - Membro do Conselho

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Vitor Hugo Lazzareschi - Diretor

Sílvio Alexandre Scucuglia da Silva - Diretor Presidente
Márcio José Peres - Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor de Controladoria

Antonio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Paranapanema Participações S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rio Paranapanema Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras mencionadas anteriormente incluem valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras, sem nenhuma modificação, com data de 28 de fevereiro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador - CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

www.ctgbr.com.br

ctgbr.com.br



Investimos em nossos ativos, contribuindo para a eficiência do setor elétrico

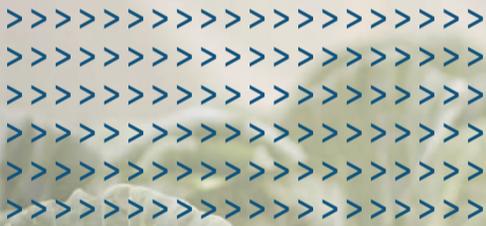
Estamos conduzindo nas Usinas Ilha Solteira e Jupia o maior programa de modernização de Usinas Hidrelétricas do país.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Nosso compromisso é com as pessoas

Fomentar o desenvolvimento das comunidades no entorno das operações é uma de nossas prioridades. Prova disso é o Usina de Negócios, projeto que vem transformando a vida de empreendedores e agricultores, com impactos positivos na renda das famílias, além da longevidade de seus negócios.



Conheça o projeto Usina de Negócios





A Usina Hidrelétrica Ilha Solteira, UHE Ilha Solteira, é uma das dez maiores usinas do Brasil em capacidade instalada.



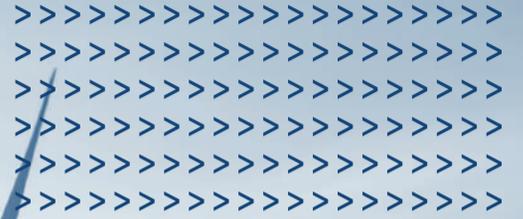
CTG Brasil

www.ctgbr.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

ctgbr.com.br



O futuro pede mudanças. E temos a energia para isso.

Somos a CTG Brasil, uma das líderes em geração de energia limpa no País. Atuamos de forma sustentável e temos a energia necessária para impulsionar a transição energética, criando futuros mais positivos e saudáveis.

MAIS QUE ENERGIA. ENERGIA LIMPA.



CTG Brasil



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/